

# A “GUERRA DO GÁS” NA BOLÍVIA: ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE UMA CRISE POLÍTICA

## Alguns indicadores do país

Durante um mês e meio, de 2 de setembro a 19 de outubro de 2003, a Bolívia sofreu um conflito político de grandes dimensões, que só terminou com a renúncia do Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. Houve a sua substituição, constitucional, pelo Vice-presidente, Carlos Mesa Gisbert, e, nesse processo, destacava-se a promessa deste último de realizar um *plebiscito* para redefinir a política de exportação do gás e revisar a *Lei de Hidrocarburos*. Desse modo, múltiplos elementos que convergiram no conflito foram temporariamente aliviados, mas, cabe dizer, eles ainda estão latentes e prontos para emergir de novo, em possíveis futuras crises de imprevisíveis dimensões e conseqüências.

A seguir, fazemos uma análise dessa conjuntura de crise política, tão importante para se entender, em boa parte, contradições atuais da América Latina.

A Bolívia é um país de 1.098.540 quilômetros quadrados; tem uma população de oito milhões e meio de habitantes, dos quais dois terços, isto é, 5 milhões e 600 mil, estão em situação de pobreza. 30% são indígenas Quechua, 25% indígenas Aymara; 30% mestiços e 15% brancos. No entanto, 61% da população (cinco milhões e duzentos mil pessoas) se auto-identificam como *indígena*.

LUCIO OLIVER COSTILLA\*

### RESUMO

O artigo analisa a conjuntura na qual se processou conflito político de grandes proporções, ocorrido na Bolívia, em 2003, em decorrência de medidas governamentais relativas à exportação do gás, e que culminou com a renúncia do Presidente Gonzalo Lozada e sua substituição pelo Vice, Carlos Gisbert. Na sua análise, o autor procura, simultaneamente, situar tal conflito no contexto do que chama de “contradições atuais da América Latina”.

### ABSTRACT

The article analyzed a conjuncture of an intense political conflict that occurred in Bolivia in 2003 as an outcome of government decisions on the export of gas which led to the resignation of president Gonzalo Lozada and his substitution by vice-president Carlos Gisbert. In this paper, the author tried to locate this conflict into the context of what he designated: “present contradictions of Latin America”.

\*Doutor em Sociologia, professor Titular da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Professor Visitante do Departamento de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Ceará (2002-2004).

75% dos trabalhadores urbanos estão no chamado setor informal. Os idiomas oficiais são o Espanhol, o Quechua e o Aymara. 95% dos habitantes são de religião católica. A moeda é o *boliviano* e a taxa de câmbio é 7,7 por dólar; o PIB é de 7.700 milhões de dólares, sendo o país mais pobre do Cone Sul.

A Bolívia perdeu a saída para o mar, em 1879, como conseqüência da derrota numa guerra de invasão do Chile, em relação à qual os bolivianos guardam um profundo rancor, além de permanecerem, até hoje, com uma demanda de reaver

essa perda. A capital da Bolívia é La Paz e a república está organizada em nove departamentos.

El Alto – terceira cidade do país, em população – foi a principal protagonista do conflito do gás. É a maior cidade dormitório da periferia da capital, formada por quase 800 mil migrantes indígenas, expulsos do interior pela decadência da mineração e pela política de *Coca Zero*, imposta pelos Estados Unidos.

## Alguns fatos históricos gerais

A Bolívia tem sido, historicamente, um país mineiro cuja exportação de prata e estanho criou uma elite imensamente rica e um povo miserável. Hoje, é uma sociedade capitalista dependente,



organizada politicamente como república democrática; “ingressou” na modernidade atual a partir de uma revolução nacional popular, em 1952. Esse movimento levou à queda do regime oligárquico, gerou uma reforma agrária e construiu um Estado nacionalista, dirigido por uma nova burguesia mineira, racista.

Nos anos setenta do século passado, com a decadência da mineração pelo esgotamento das minas e pela queda do preço internacional dos metais, houve retrocessos econômicos e dificuldades políticas que levaram a uma ditadura militar. Nos anos oitenta, com o retorno à democracia, os governantes introduziram políticas neoliberais, que criaram uma renovação econômica parcial e superficial, elevaram a pobreza da população indígena, e produziram um estado de desintegração social. Nesse mesmo período, surgiram movimentos de reivindicação da identidade indígena e de resistência nacional popular contra as políticas neoliberais e de privatização.

### Antecedentes da “guerra do gás”

As políticas de ajuste e a resistência da sociedade a elas começaram nos anos oitenta do século XX. Em 1986, o então Ministro do Planejamento (e posterior Presidente da República, por duas vezes), Gonzálo Sánchez de Lozada – poderoso e abastado proprietário de minas – iniciou um ortodoxo programa de liberalização com o Decreto 21.060, que introduziu as políticas de ajuste e de controle da inflação. Mais tarde, no seu primeiro mandato como presidente da Bolívia, de 1993 a 1997, aplicou um programa ultraliberal de privatização e entrega, aos consórcios transnacionais, de todo o patrimônio do Estado: ferrovias, minas, petróleo, eletricidade, telefone, transporte aéreo e água. Impulsionado pelos Estados Unidos, iniciou uma política de erradicação da Coca, cultura tradicional e principal do país. Tentou exportar gás para o Chile, mas o projeto foi vetado pelas Forças Armadas e pelo Congresso.

Essas medidas do Presidente levaram, anos depois, a revoltas populares, entre elas a “guerra da água” que, em 2000, acabou com a rejeitada privatização desse recurso natural; em 2002, a “guerra da coca”, que levou a população a lutar contra a imposição da ilicitude dessa cultura agrícola e a conseguir uma cota legal de produção da planta. Em 2003, se produziu uma nova rebelião popular, a “guerra do gás”, que suspendeu os planos de exportação do gás para os Estados Unidos, pelo Chile, e, possivelmente, também para o Chile, e terminou com a queda do Presidente da Nação.

A *Lei de Hidrocarburos*, que privatizou os recursos naturais do gás, foi aprovada em 1997, três dias antes do fim do primeiro mandato do ex-presidente Sánchez de Lozada. Essa lei foi acompanhada de um decreto que outorga às multinacionais a possibilidade de explorar, produzir e exportar o gás.

Em agosto de 2002, Gonzálo Sánchez de Lozada, aos 72 anos de idade, foi reeleito presidente, usando como bandeira uma proposta de luta contra a corrupção, e incluindo na chapa, como Vice, um político sem partido: Carlos Mesa. Naquele ano, o Presidente definiu um acordo com o consórcio internacional *Pacific LNG*, de companhias européias e estadunidenses, para a venda de gás aos Estados Unidos, via Chile, a um preço muito menor que o do mercado mundial: 0,70 dólar por mil pés cúbicos (enquanto no mercado mundial estava a 4,5 dólares e na Califórnia, nos Estados Unidos, a 10 dólares), ficando para Bolívia 1,5% da receita, por exportação, e 18% de regalias pela produção.

O primeiro ano de governo do presidente reeleito, Sánchez de Lozada, de agosto de 2002 a agosto de 2003, foi caracterizado por uma escancarada corrupção, em função da ocupação de postos políticos administrativos. Os partidos brigaram abertamente por cotas de poder, sem nenhuma preocupação com o suposto interesse nacional. Em fevereiro de 2003, aconteceu o chamado “fevereiro negro”: o governo aumentou os impostos e usou a repressão militar contra os



protestos do povo, matando 31 pessoas e instalando medidas anti distúrbios. Criou agrupamentos táticos militares, especiais, e aprovou leis estabelecendo cadeia, de 5 a 10 anos, para quem participasse de protestos sociais. Assim, tudo estava pronto para a crise política que eclodiu em setembro de 2003, e ficou conhecida como a “guerra do gás” ou “outubro vermelho”.

### A “guerra do gás”: uma breve cronologia da crise política, de setembro a outubro de 2003

**2-5 de setembro:** perante a ratificação, pelo presidente Sánchez de Lozada, dos acordos com os consórcios transnacionais para a extração, comercialização e exportação do gás boliviano, um dirigente mineiro, Roberto De la Cruz, na vila de Oruro, conclama a população a formar uma coordenadoria de oposição ao plano de exportação por intermédio do (e para o) Chile.

**15 de setembro:** o governo muda o destino da exportação do gás e veicula a propaganda de um novo plano dessa operação, para os Estados Unidos e o México. Camponeses bloqueiam estradas para protestar. Reivindicam a industrialização do gás para produzir fertilizantes, plásticos, termoelétricas, ferro e químicos.

**19 de setembro:** estudantes, trabalhadores e docentes se unem à “guerra do gás” dos camponeses e trabalhadores mineiros. Mobilizam uma passeata de 500 mil pessoas. O governo responde com o Exército.

**20 de setembro:** morrem 7 pessoas, assassinadas pelo Exército. Em protesto, o Vice-presidente, Carlos Mesa, rompe com o Presidente, sem renunciar à Vice-presidência.

**25 de setembro:** a Central Operária Boliviana (COB), a maior federação operária do país, se une aos protestos e convoca a população a pedir a renúncia do presidente Sánchez de Lozada.

**29 de setembro:** começa o protesto nacional.

**1º de outubro:** a Central dos Trabalhadores da Bolívia (CTB) convoca a população para uma greve por tempo indeterminado, com a consigna “a Bolívia não está à venda”. Unem-se trabalhadores urbanos, docentes, estudantes, camponeses, trabalhadores sem terra e policiais.

**9 a 12 de outubro:** acontecem protestos, bloqueios de estradas e se produzem confrontos com o Exército, especialmente na cidade de El Alto, zona marginal de La Paz, cuja sociedade civil se encontra altamente organizada. Generaliza-se a demanda de renúncia do Presidente. Nos confrontos, multiplicam-se os números de mortos e feridos da população civil.

**13 de outubro:** numa tentativa de apagar os protestos, Sánchez de Lozada congela o plano de exportação de gás e propõe a realização de um *referendum*.

**13-14 de outubro:** o movimento social rejeita a “oferta” do Presidente e exige a sua renúncia. Os confrontos se estendem a La Paz. Brasil e Argentina tentam ajudar, na procura de uma saída constitucional.

**17 de outubro:** após toda essa movimentação que resultou em 74 mortos e 200 feridos, Gonzálo Sánchez de Lozada renuncia e vai para Miami. O Congresso nomeia o Vice-presidente, Carlos Mesa Gisbert, novo Presidente da República da Bolívia.

O recém designado presidente solicita uma trégua ao movimento social e promete realizar um *plebiscito*, para decidir sobre a política de venda do gás e para proceder a uma revisão da *Lei de Hidrocarburos*, modificando a taxa de impostos. Promete também convocar uma assembléia constituinte.

**19 de outubro:** o novo presidente, Carlos Mesa, recebe o apoio dos demais países da América Latina, dos Estados Unidos e da União Européia. Os dirigentes camponeses e *cocaleros indígenas* informam que se manterão vigilantes, declarando, na ocasião, que o governo não é um governo do povo. Comunicam que vão esperar a assembléia constituinte e o fim da corrupção.



**Em novembro:** o Presidente Carlos Mesa não muda as políticas de erradicação da Coca, impostas pelos Estados Unidos.

## Situação atual

A “guerra do gás” acabou. A Bolívia tem, hoje, um novo presidente, respaldado constitucionalmente, Carlos Mesa, de 50 anos, que não pertence a nenhum partido político. Trata-se de um ex-locutor de rádio e jornalista. Seu mandato presidencial se estenderá até agosto de 2007, segundo a Constituição. Ele prometeu revisar, primeiro, a *Lei de Hidrocarburos*; segundo, organizar um *plebiscito* e, terceiro, convocar uma assembléia constituinte. Prometeu, também, trabalhar para frear a desintegração social e “redesenhar” a nação com menos desigualdades e injustiças. Porém, tem continuado com as políticas militaristas de erradicação da cultura da Coca. Os movimentos operários e camponeses, protagonistas centrais da crise, estão vigilantes. O Governo da Índia informou, oficialmente, que seu país está disposto a comprar 75% da exportação do gás boliviano. O Governo dos Estados Unidos se declarou disposto a cooperar com o novo governo e a União Européia exigiu julgamento político para o ex-presidente. O novo presidente disse que pedirá ajuda aos outros países latino-americanos e o Chile se mostrou interessado em comprar gás à Bolívia, em outras condições. Camponeses sem terra ocuparam fazendas do ex-presidente e do ex-ministro da Defesa, e a Polícia reagiu, matando uma pessoa e ferindo meia dúzia de outras.

Nos dias 14 e 15 de novembro de 2003, foi realizada em Santa Cruz, na Bolívia, a XIII Reunião Ibero-americana de chefes de Estado e de Governo, e, nela, o novo presidente tentou mostrar que o país tem resolvido seu problema de garantir a continuidade da democracia e da estabilidade institucional. Hoje, os dirigentes do movimento camponês se preparam para criar uma frente unida para participar da Assembléia Constituinte e do *plebiscito*.

## Interpretação da crise boliviana

Da análise da “guerra do gás”, podemos adiantar uma leitura que leva às seguintes interpretações:

a) A “guerra do gás” foi uma rebelião mineira-camponesa-indígena-popular, contra um governo que foi muito longe nos programas ultra neoliberais, na entrega dos recursos naturais do país às companhias multinacionais, na submissão aos interesses e exigências do governo dos Estados Unidos e nas políticas de repressão.

b) O “Goni” – como gostava de ser chamado o ex-presidente – e o governo Bush, dos Estados Unidos, quiseram colocar uma visão da situação da crise, segundo a qual o movimento social de protesto contra a exportação do gás seria um atentado à Constituição, ao Congresso e às instituições; isto é, um atentado à democracia. Eles perderam. Ficou claro para a comunidade internacional que nenhum dos grupos do movimento quis atentar contra a Constituição. Ao contrário, tais grupos sempre procuraram uma alternativa que tivesse apoio na Constituição.

c) O ex-presidente acompanhou a sua renúncia com o argumento de que, na Bolívia, saía vitorioso um movimento subversivo, contrário à democracia. Assim, renunciando, tinha o aparente objetivo de preparar a intervenção dos Estados Unidos e a sua possível volta ao poder, através de um golpe militar.

d) Os analistas do governo dos Estados Unidos e da CIA insistiam em afirmar que o conflito da “guerra do gás” e as rebeliões anteriores tinham a ver com profundas diferenças filosófico-ideológicas entre bolivianos. Os chamados *Kolla*, que são do Altiplano e do Oeste do país, indígenas e pobres, seriam centralistas, “estatistas” e protecionistas, enquanto os denominados *Camba*, do Oriente do país, mestiços e brancos, de classe média e de “espírito empresarial”, estariam a favor da exportação dos recursos naturais, do livre câmbio e da livre empresa. Com tal interpretação, se quer diminuir e ignorar o



profundo conteúdo racista, antipatriótico e anti popular das políticas do ex-presidente boliviano.

e) As políticas de ajuste estrutural, de reforma do Estado e de privatização foram, na Bolívia como no restante da América Latina, políticas de modernização conservadora, e tentativas de transformismo para cooptar os dirigentes dos partidos políticos de direita e de esquerda. Porém, na Bolívia, tais políticas foram antipatrióticas e anti-econômicas em grau superlativo, e não criaram nenhum novo modelo nacional de crescimento econômico. A “guerra do gás” é a ponta dum *Iceberg*, sob o qual há múltiplos descontentamentos populares, que não serão resolvidos com uma nova personalidade na presidência do país, e sim com o desenvolver de uma nova política democrática nacional, radical, capaz de incluir os indígenas, os camponeses e os trabalhadores das minas.

f) No início do movimento contra a exportação do gás, os protagonistas foram os dirigentes dos partidos e movimentos sócio-políticos. Depois do 12 de outubro, as bases da sociedade civil lideraram o conflito, com métodos de luta e de organização trazidos das profundezas da história popular e das minas. Os movimentos políticos recuaram e os vizinhos organizados tomaram as iniciativas das lutas, sobretudo na cidade de El Alto, e souberam vencer. No entanto, os bolivianos como que ficaram a se dever uma grande mudança, mais ampla e profunda, depois da renúncia do Presidente, pois o grande problema é a difícil construção político-ideológica de uma alternativa nacional-popular, o que não se resolve somente com a rejeição espontânea a um presidente e com a colocação de outras pessoas no governo.

g) O tema do gás aglutinou mal-estares profundos – gerados pela extensão da pobreza, pelas políticas de erradicação da cultura da Coca, pelos baixos salários, pelo desemprego, pelas perdas nos serviços de saúde e de educação da população e pela “venda do país” para benefício de uma pequena oligarquia; aglutinou também rejeições várias – ao Chile, aos Estados Unidos, às empresas multinacionais, ao governo – e foi

resultado de muitos medos: da perda dos recursos naturais; de serem enganados pelas empresas multinacionais; da propaganda mentirosa sobre o possível destino do gás (“para os Estados Unidos ou para o Chile?”).

h) No âmbito da América Latina, a “guerra do gás” se soma às lutas de resistência dos povos contra as políticas neoliberais e contra a impunidade e a corrupção dos políticos.

### Nota do autor

Jornais bolivianos consultados: *Bolpress*, *El mundo*, *La Patria*, *La Razón*, *Los Tiempos* e *El Potosí*. Além destes, consultei também os periódicos *La Jornada*, do México e *Folha de São Paulo*, do Brasil, todos veiculados entre Setembro e Novembro de 2003.